

Serviço Social no Nordeste Brasileiro: particularidades regionais e formação profissional

Social Work in Northeast Brazil: regional particularities and professional formation

Marileia Goin*
Laryssa Danielly Silva Fernandes**
Ariel Paula Jesus de Oliveira***

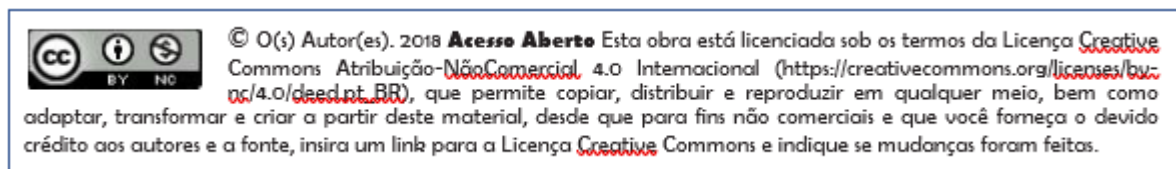
Resumo: O artigo evidencia as particularidades do Nordeste no âmbito da sua constituição histórica e, associado a esse debate, explicita a criação dos cursos de Serviço Social, o panorama contemporâneo da formação profissional e as particularidades constantes nos Projetos Pedagógicos dos cursos mais antigos dos estados da Região. A partir de pesquisa bibliográfica e documental, em um movimento histórico e dialético, a reflexão busca sintonizar a profissão com a diversidade de elementos que compõem a Região Nordeste e, no movimento de retorno, apreender como a profissão incorpora tais características, uma vez que configuram as peculiaridades de suas requisições não só formativas, mas profissionais.

Palavras-chave: Nordeste; formação profissional; serviço social.

Abstract: The article highlights the peculiarities of the Northeast in the heart of its historical constitution and, associated with this debate, explains the creation of Social Work courses, the contemporary panorama of professional formation and the constant particularities in the Pedagogical Projects of the oldest courses in the states of Region. Based on bibliographic and documental research, in a historical and dialectical movement, the reflection seeks to tune the profession in the diversity of elements that make up the Northeast Region and, in the return movement, to apprehend how the profession incorporates to such characteristics, as they configure the peculiarities of their requests, not only formation, but professional.

Keywords: Northeast; professional formation; social work.

Recebido em: 04/05/2021
Aprovado em: 26/07/2021



* Professora da Graduação e da Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – SER/UnB. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Fundamentos do Serviço Social e América Latina GFAL/UnB. Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social.

** Mestranda do Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília - PPGPS/UnB. Assistente Social graduada pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Fundamentos do Serviço Social e América Latina GFAL/UnB.

*** Mestranda e bolsista CAPES no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília – PPGPS/UnB. Assistente social graduada pela Universidade de Brasília – UnB. Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Fundamentos do Serviço Social e América Latina GFAL/UnB.

Considerações para introduzir a temática

A Região Nordeste do Brasil apresenta peculiaridades sociais, econômicas, políticas, culturais e geográficas que historicamente a particularizam no âmbito da sociedade brasileira. Analisar a constituição e o desenvolvimento do Serviço Social nesta Região não se constitui, assim, tarefa fácil, mas, todavia, imperiosa, em face da sua diversidade e da sua riqueza histórica, que reverberam não só na constituição da profissão, mas no processo de institucionalização da formação na diversidade dos estados que a constituem. É nessa via que o presente artigo se apresenta como um esforço inicial de aproximação a essa diversidade de elementos que compõem o Nordeste, com o objetivo de apreender a constituição dos primeiros cursos de Serviço Social nos estados constitutivos da região administrativa em evidência e, ademais, a configuração hodierna da formação profissional, e as peculiaridades dispostas em seus Projetos Pedagógicos de Curso.

As reflexões que ora se apresentam são resultantes do projeto de pesquisa atrelado ao Grupo de Pesquisa sobre Fundamentos do Serviço Social e América Latina (GFAL), intitulado “O Ensino dos Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social no Brasil”, que vem sendo desenvolvido desde 2018, e envolve discentes de graduação (com bolsa de iniciação científica) e pós-graduação, com o objetivo de “analisar o ensino dos Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social nos cursos presenciais de graduação em Serviço Social no Brasil, a fim de apreender se contempla o movimento da sociedade a partir da concepção teórico-crítica ou se prioriza a ênfase historicista e cronológica dos alicerces que sustentam as bases da profissão”.

A partir das investigações realizadas no referido projeto de pesquisa e para assegurar a cientificidade da exposição – ao refutar tendências unilaterais e a-históricas –, optou-se pela abordagem materialista histórico-dialética, com o propósito de apreender a realidade de maneira dialética, dinâmica e, sobretudo, desvelar as contradições imersas na realidade social. Ressalta-se que a metodologia utilizada parte de pesquisa bibliográfica e documental e, portanto, não esgota a amplitude de sua discussão na contemporaneidade, uma vez que o movimento do real é dinâmico, por isso a apreensão histórica deste trabalho não se constitui de modo linear, mas situa-se nas contradições da vida social e naquelas postas pela sociedade capitalista.

O Nordeste brasileiro: breve contextualização sobre as particularidades regionais

A Região Nordeste como locus de observação e estudo revela uma diversidade de

elementos que a particularizam no bojo da formação sócio-histórica brasileira e, sobretudo, no seio das contraditórias relações sociais que constituem as bases fundantes do Serviço Social. Desse modo, contextualizar histórica, geográfica, social, cultural e economicamente o Nordeste é elementar, uma vez que é esse processo que permite sintonizar os alicerces que demandam a institucionalização e o desenvolvimento da profissão na Região.

Informações do IBGE (2020a) demonstram que a extensão territorial da Região Nordeste é de 1.552.175,41 km², com 57.374.243,00 habitantes, distribuídos em nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Maranhão). Sobre sua distribuição geográfica e climática,

[...] a expressão *Região Nordeste*, ou, simplesmente *Nordeste*, possui, atualmente, significados já muito cristalizados que evocam uma série de imagens, tanto das suas características geográficas, quanto culturais, sociais e econômicas. Entre as primeiras, podemos citar elementos da paisagem que incluem desde o recorte litorâneo com suas praias e seus remanescentes coqueirais, até a paisagem mais seca do agreste e, sobretudo, a do sertão, com sua vegetação símbolo, formada pelas cactáceas e seus tipos humanos, entre os quais sobressai o vaqueiro com sua vestimenta de couro e sua pele curtida pelo sol (BERNARDES, 2007, p. 01).

A formação social do Nordeste está intimamente relacionada com a história colonial brasileira – vale lembrar da importância da cultura popular para a Região, como maracatu, bumba-meu-boi, frevo, literaturas de cordel, xilogravuras, dentre outras – sendo que

[...] as imagens sociais do Nordeste, inclusive veiculadas pelas grandes emissoras de televisão, estão ligadas ao chamado coronelismo, ao cangaceirismo e à persistência de formas *arcaicas* de relações sociais, situadas no universo do pré-capitalismo. O Nordeste seria, assim, a região onde o arcaísmo se confunde com o atraso nas relações sociais e nas formas do exercício do poder. Seria, pois, uma região que conheceu um outro *ritmo histórico* e, portanto, conservou formas e estruturas das relações sociais e da dominação política que, em outras áreas, já teriam desaparecido, ou mesmo, nunca teriam tido vigência (BERNARDES, 2007, p. 02).

No processo de colonização, a incorporação do império colonial português provocou profundas mudanças em sua territorialidade, ao revelar a apropriação de um espaço cada vez mais modificado, seja em termos culturais e religiosos, seja em termos políticos e econômicos. Conforme evidencia Bernardes (2007), os objetivos dos colonizadores eram (1) o confronto e a submissão da ordem social, territorial e cultural dos indígenas; e (2) a alteração da paisagem com a introdução de espécies vegetais e animais inexistentes na Região, como o cultivo da cana-de-açúcar¹ e a criação de gado², como também a instalação dos engenhos pela casa-

¹ A produção da cana que dá origem a um novo produto: o açúcar.

² A criação de gado trouxe a significativa destruição da mata atlântica e a substituição de florestas e cerrados por pastagem.

grande³ e senzalas⁴. Desse modo, a economia instalada no Nordeste reúne a produção agrícola e o trabalho escravo, além de aliar-se à concentração de renda e de terras.

O Nordeste foi permeado por dominações coloniais que provocaram mudanças significativas na sua constituição histórica, dentre as quais destaca-se a economia com a criação de portos importadores e exportadores, principalmente em Recife, e a política local com forte influência do estado de Pernambuco⁵.

A política restrita à elite colonial no antigo regime resultou na eclosão de um movimento remanescente das colônias em Pernambuco, que apontava para a criação de um estado nacional caracterizando importantes modificações no espaço, como a instalação da monarquia portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, e a divisão do país entre norte e sul⁶, incorporando diferenças econômicas face às respectivas formações históricas. Na história política da Região Nordeste, é importante assinalar uma série de movimentos que lhe são próprios e que não se encontram em nenhuma outra parte do Brasil imperial, a exemplo da “revolução de 1817, [da] confederação do equador 1824, [da] revolução praieira 1848, [da] guerra dos maribondos 1852, [e da] quebra-quilos 1874” (BERNARDES, 2007, p. 18).

Com a queda da monarquia e a instauração da república federalista – Primeira República – nessa mesma Região manifestam-se movimentos sociais e políticos que são expressão “do reordenamento político promovido pela instauração do regime republicano, da *questão agrária* e dos ajustes da economia nacional diante da nova fase do capitalismo mundial: *cangaceirismo*, *coronelismo* e a manifestação de uma religiosidade popular de base” (BERNARDES, 2007, p. 26, grifos do autor).

A divisão territorial do Nordeste (fruto das capitânicas hereditárias), a economia baseada na agricultura, as estruturas arquitetônicas eclesiásticas e a variada literatura regional, consagrando os autores Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, José Américo de Almeida, José Lins do Rego, são heranças desse processo de desenvolvimento e contribuíram para a identidade cultural nordestina, cristalizando a imagem da Região no país.

A formação sócio-histórica do Nordeste⁷ explicita que a economia, a cultura e a área

³ Termo alusivo à casa residencial dos donos das propriedades rurais.

⁴ Alojamentos destinados à moradia de escravos nas fazendas e engenhos.

⁵ Teve a denominação por muitos anos de capitania geral.

⁶ “A própria localização da corte, no Rio de Janeiro, contribuiu para uma nova territorialidade ao, de alguma maneira, dividir o país em duas grandes regiões: o Norte e o Sul. Ou seja, na primeira localizavam-se as províncias situadas ao norte da corte, que compreendia da Bahia ao Amazonas, e ao sul, as que compreendiam de São Paulo até o Rio Grande do Sul” (BERNARDES, 2007, p. 14).

⁷ O Nordeste obteve o título de região por meio da primeira divisão regional criada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a partir de 1930.

social desenvolveram-se por meio das modificações estruturais instauradas desde o período colonial até o fim do Estado Novo, em 1945, quando as transformações na Região possibilitaram a criação de uma identidade nordestina, com traços nitidamente atuais. Ressaltam-se, nesse processo, as desigualdades regionais em âmbito econômico, vinculadas à miséria da população rural, o que se configurou em um esforço de desenvolvimento, industrialização⁸ e combate à pobreza – como, por exemplo, com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em 1959, através da Lei nº 3.692.

A realidade vivenciada pelo Nordeste brasileiro explicita a condição colonial permanente, em que o arcaico e o moderno convivem⁹. Ao analisar os traços da sociedade de classes e como ela forja a dependência, Florestan Fernandes (1972) demonstra que a condição colonial – que permanece até a contemporaneidade – é resultado de um traço marcante no desenvolvimento histórico do país, que revela a condição de dependência e de exploração a que o Brasil foi submetido desde a sua colonização. Nessa via, a intensificação da superexploração do trabalho e o aumento da desigualdade são formas de endossar o subdesenvolvimento e as formas arcaicas presentes no país, dentro dos limites da exploração¹⁰.

Na medida em que a estrutura e o destino histórico de sociedade desse tipo se vinculam a um capitalismo dependente, eles encarnam uma situação específica, que só pode ser caracterizada através de uma economia de mercado capitalista duplamente polarizada, destituída de autossuficiência e possuidora, no máximo, de uma autonomia limitada (FERNANDES, 1972, p. 36).

Nessa via de análise, a Tabela 1 demonstra indicadores que, apesar de contemporâneos, particularizam o Nordeste e, sobretudo, fazem referência às marcas que social e historicamente constituem seu processo de desenvolvimento.

Tabela 1 – Informações demográficas e socioeconômicas da Região Nordeste

INDICADORES DA REGIÃO NORDESTE (IBGE)						
Estados	Área km ² [2020]	População [2020]	Densidade Demog. hab/km ² [2010]	Matrícula Ensino Fund. [2018]	IDH [2010]	Renda Mensal R\$ [2020]
ALAGOAS	27.830,656	3.351.543	112,33	490.587	0,631	796,00
BAHIA	564.760,427	14.930.634	24,82	2.034.711	0,660	965,00
CEARÁ	148.894,442	9.187.103	56,76	1.198.116	0,682	1.028,00

⁸ Principalmente no período da ditadura militar, de 1964 a 1985.

⁹ Florestan Fernandes amplia esse debate em sua obra *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1972).

¹⁰ O autor revela a exploração de fora para dentro, numa lógica de exportação baseada numa economia de subsistência.

PARAÍBA	56.467,242	4.039.277	66,70	556.248	0,658	892,00
PERNAMBUCO	98.067,880	9.616.621	89,63	1.301.930	0,673	897,00
PIAUÍ	251.755,485	3.281.480	12,40	480.126	0,646	859,00
RIO GRANDE DO NORTE	52.809,601	3.534.165	59,99	467.629	0,684	1.077,00
SERGIPE	21.938,184	2.318.822	94,35	331.297	0,665	1.028,00
MARANHÃO	329.651,495	7.114.598	19,81	1.178.949	0,639	676,00
REGIÃO NORDESTE	1.552.175,41	57.374.243,00	36,77	8.039.593	0,660	913,11

Fonte: sistematização de dados a partir do IBGE (2020a).

A Tabela 1 demonstra que a área territorial da Região Nordeste era, em 2020, de aproximadamente 1.552.175,41 km², com uma população estimada (em 2020) de 57.374.243,00 pessoas e densidade demográfica (em 2010) de 36,77 habitantes por km². Apesar da extensão territorial, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2019) revela que o Nordeste possui as taxas mais elevadas de analfabetismo do país entre jovens de 15 anos ou mais e de idosos de 60 anos ou mais. Enquanto a média brasileira está em torno de 7% (15 anos ou mais) e 19% (60 anos ou mais), as da Região estão em 14% (15 anos ou mais) e 38% (60 anos ou mais). Além disso, a Região apresenta as menores taxas de anos de estudo do país, no período analisado, sendo que o número médio está em 7,8 anos, enquanto as taxas nacionais registraram a média de 9,2 anos de estudo.

Em relação à renda média, percebe-se o descompasso entre as regiões, sendo que a Nordeste registra a menor do país, R\$ 913,11, segundo os dados noticiados pelo IBGE (2020a). O *ranking* é liderado pela Região Centro-Oeste, com média de R\$ 1.655,50, seguido da Região Sul, com R\$ 1.633,00, da Sudeste, com R\$ 1.549,50, e da Norte, com R\$ 965,39. Se comparada a renda média entre as regiões, pode-se dizer que a nordestina é 44,84% menor que a renda da Região Centro-Oeste, 44,08% menor que a Sul e 41,07% menor que a Sudeste. As particularidades dos dados evidenciam que os piores indicadores de rendimentos mensais do Brasil revelam não apenas a realidade atual do Nordeste, mas refletem sua formação sócio-histórica de favorecimento das elites e dos impactos que esta teve sobre a organização social e econômica da Região.

Em termos econômicos, a atividade da Região em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) nacional tem aumentado a partir da virada do século – com destaque para Fortaleza, cidade com maior PIB do Nordeste (IBGE, 2020a). Além do setor tecnológico que tem impulsionado o crescimento econômico do Nordeste nas últimas décadas, a agropecuária

historicamente é uma das suas principais atividades econômicas, cuja participação no total de grãos produzidos pelo país é de 8,1%, segundo dados do Diário Econômico ETENE (2019), do Banco do Nordeste – as marcas históricas do cultivo da cana-de-açúcar e da criação de gado permanecem como basilares para a economia nordestina. Apesar da participação reduzida com relação ao PIB nacional, o estudo demonstra a elevação da participação da agropecuária nordestina no cenário nacional, com explícitos reflexos no mercado de trabalho em diferentes setores. A produção industrial para o mercado exterior (exportação) varia entre bebidas, metalurgia, indústrias extrativas, produção de biocombustíveis, produtos alimentícios, celulose e produtos de papel, produtos químicos, produtos de borracha e material plástico, os quais têm ganhado notoriedade nos últimos anos.

O mercado de trabalho, por sua vez, constitui-se enquanto um espaço contraditório. Apesar da diversidade de atividades econômicas existentes como extração mineral, indústria de transformação, construção civil, comércio, serviços, administração pública e agropecuária, e do recente desenvolvimento tecnológico da Região, o qual tem aberto diferentes vagas de trabalhos no setor tecnológico e industrial, como demonstrado por uma publicação do *Diário de Pernambuco* (2021), o Nordeste também convive com altas taxas de desemprego¹¹. Segundo o IBGE (2020b), os estados com maior desemprego pertencem à Região Nordeste, com 17,2%, a qual também possui a menor renda mensal total do país.

Nesse sentido, os dados de educação, renda, economia e desemprego mostram as particularidades da Região Nordeste e conferem adensamento ao seu processo sócio-histórico. As características sociais, marcadamente manifestas pela questão social, estão expressas nos índices de pobreza monetária¹², uma vez que os dados do documento do IBGE (2019, p. 58) revelam que “quase metade (47,0%) dos brasileiros abaixo da linha de pobreza em 2018 estava na Região Nordeste”.

Diante dessa conjuntura de análise, é exigido do/da Assistente Social um sólido referencial teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo para apreender os desafios interpostos pela Região, ao passo que a indissociabilidade da sua atuação e desses referenciais confere particularidades à profissão, seja em termos de formação, seja em termos de trabalho profissional.

¹¹ O indicador de desemprego no Brasil, de acordo com a PNAD Contínua, é de 13,9% no 4º trimestre de 2020.

¹² “Nesta seção a análise se debruça na pobreza sob a ótica monetária, ou seja, a partir de um valor que serve como linha de corte para diferenciar pobres e não pobres” (IBGE, 2019, p. 57).

Serviço Social na Região Nordeste: constituição, panorama hodierno e características formativas

Em face das particularidades sociais, culturais, geográficas, políticas e econômicas evidenciadas, não causa estranheza que o Serviço Social compartilhe de peculiaridades próprias da Região e que, de certa forma, destoam das demais regiões, em face da continentalidade do país e dos “brasis” nele presentes.

Nessa ótica de abordagem, é elementar considerar que a Região Nordeste, conforme destacado na Tabela 2, corresponde, de acordo com as informações disponíveis no site do E-MEC¹³, a oferta de aproximadamente 193¹⁴ cursos presenciais de Serviço Social – totalizando cerca de 30% da oferta¹⁵ do país –, dos quais apenas 8% são de natureza pública (federal e estadual), enquanto 176 são de natureza privada – que contabilizam um percentual de 92%. Além disso, destaca-se a presença de apenas um curso público, em universidade federal, em estados como Maranhão, Piauí e Sergipe, em detrimento dos privados, que contabilizam 16, 18 e 9 cursos privados nestes estados, respectivamente.

Tabela 2 – Quantitativo de cursos e natureza institucional por estado da Região Nordeste (2019)

ESTADO	Nº CURSOS	NATUREZA INSTITUCIONAL
Alagoas	11	2 públicas 9 privadas
Bahia	43	2 públicas 41 privadas
Ceará	30	2 públicas 28 privadas
Maranhão	17	1 pública 16 privadas
Paraíba	14	3 públicas 11 privadas
Pernambuco	34	2 públicas 32 privadas
Piauí	19	1 pública 18 privadas
Rio Grande do Norte	15	2 públicas 13 privadas

¹³ Informações acessadas no decorrer do segundo semestre de 2019, no site <http://emec.mec.gov.br/emec/nova#avancada>.

¹⁴ É elementar destacar a divergência com as informações constantes no Relatório do INEP – no qual constam 140 instituições – em face dos argumentos apontados na nota de rodapé 16.

¹⁵ Há que se considerar que totalizam 672 as instituições credenciadas para ofertar o curso de Serviço Social, estejam elas em atividade, em extinção ou em processo de mudança de modalidade (presencial para a distância). Todavia, aqui se está considerando o número total habilitado até a conclusão da pesquisa realizada. Se houver a comparação com as informações disponíveis pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, torna-se perceptível que, no senso publicado em 2018, constam apenas 418 instituições em pleno funcionamento. Mesmo assim, considera-se o número registrado pelo E-MEC, pois entende-se que, se a instituição não foi descredenciada, encontra-se habilitada a ofertar formação a qualquer momento, desde que cumpra com os requisitos exigidos pelo Ministério da Educação.

Sergipe	10	1 pública 9 privadas
TOTAL	193	16 PÚBLICAS 177 PRIVADAS

Fonte: Elaboração própria a partir de E-MEC (2019).

Do total de cursos presenciais ofertados, 55% estão em apenas três estados (Bahia, Ceará e Pernambuco), os quais remontam aos mais antigos da Região – 1944, 1950 e 1940, respectivamente. O destaque relativo à criação dos primeiros cursos de Serviço Social em cada estado ganha proeminência ao visualizar a síntese apresentada na Tabela 3, uma vez que, no decurso de três décadas, entre os anos 1940 e 1970, todos os estados, sem exceção, têm seus primeiros cursos constituídos – essa é uma das particularidades da Região Nordeste em relação à Norte, por exemplo, na qual apenas os estados do Amazonas e do Pará criaram seus cursos na metade do século passado (1945 e 1957, respectivamente), enquanto os demais têm seus primeiros registros a partir da virada para o século XXI.

Tabela 3 – Constituição do curso de Serviço Social mais antigo nos estados da Região Nordeste, com os respectivos anos (aproximados) de criação

Estado	Instituição/Sigla	Criação¹⁶
Pernambuco	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	1940
Bahia	Universidade Católica do Salvador (UCSAL)	1944
Rio Grande do Norte	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	1945
Ceará	Universidade Estadual do Ceará (UECE)	1950
Maranhão	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	1953
Alagoas	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	1957 ¹⁷
Paraíba	Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	1959 ¹⁸
Sergipe	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	1968
Piauí	Universidade Federal do Piauí (UFPI)	1977 ¹⁹

Fonte: Elaboração própria a partir de E-MEC (2019).

O curso mais antigo da Região Nordeste, conforme evidenciado na Tabela 3, é relativo

¹⁶ Os anos constantes referem-se aos indicados junto ao E-MEC, podendo haver divergência do registrado pelos cursos em face de ali encontrarem-se registradas informações relativas à autorização e ao reconhecimento do curso e, não, necessariamente, à data do início efetivo das atividades.

¹⁷ Em 1955 é criada a Escola de Serviço Social Padre Anchieta, a qual foi inaugurada apenas em 1957. A Universidade Federal do Alagoas, por sua vez, incorpora todos os cursos em 1962, exceto o de Serviço Social, que é incorporado apenas em 1972.

¹⁸ As primeiras escolas de Serviço Social são criadas em 1952, em João Pessoa, e em 1957 em Campina Grande, mas a universidade só foi fundada oficialmente em 1959.

¹⁹ A informação disponível pelo E-MEC diverge do site institucional, o qual registra que a criação do curso foi em 1979.

ao estado de Pernambuco, cuja criação dá-se imediatamente posterior à emergência dos primeiros cursos de Serviço Social no Brasil – cujo atributo do mais antigo é conferido ao que hodiernamente é conhecida como Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), em 1936. Institucionalizado junto à Universidade Federal de Pernambuco, o referido curso mantém-se como o único público do estado até 2013, quando a universidade estadual (Universidade de Pernambuco) credenciou a oferta de Serviço Social. Além disso, é importante demarcar que, do total dos 34 cursos hoje habilitados a ofertar a formação na área, dois deles dizem respeito ao século passado – UFPE, conforme referido, e Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), em 1973 – sendo os demais constituídos somente a partir de 2008, o que quer dizer que 32 cursos, em Pernambuco, têm, no máximo, 10 anos de existência. É preciso lembrar que, desse total de cursos credenciados, 11 constam como não iniciados e soma-se a ele, ainda, a oferta de outros 32 na modalidade a distância.

Embora na Bahia esteja o segundo curso mais antigo da Região em evidência e todas as demais instituições tenham constituído seus cursos a partir da virada do século – assim como Alagoas, Maranhão e Piauí –, é apenas em 2008, no Recôncavo Baiano, que se registra o primeiro curso público do estado, que em 2009 ganhou o reforço da Universidade Federal da Bahia (UFBA), na capital baiana. Apesar disso, o referido estado é o mais numeroso em termos quantitativos, pois, sozinho, oferta 22% dos cursos registrados no somatório dos nove estados-parte da Região Nordeste.

Enquanto a Bahia carrega o título de estado que mais oferta Serviço Social na Região, Sergipe não só é o menor estado nordestino, como é o que menos cursos credenciados registra – total de dez, embora um deles conste como não iniciado. A oferta na modalidade a distância é quase o dobro da presencial, contabilizando dezenove instituições, número próximo ao do Piauí, que conta com 24 instituições habilitadas, na mesma modalidade.

O estado cearense, diferentemente dos demais, não possui curso público em universidade federal, uma vez que os dois cursos públicos são ofertados em instituto federal e em universidade estadual, sendo a este atribuído o curso mais antigo do Ceará, criado em 1950. Soma-se aos dois cursos públicos, 28 instituições privadas que ofertam Serviço Social (dos quais dois constam como não iniciados), o que alude ao terceiro mais numérico, em termos formativos, da Região.

Em relação à Paraíba, o destaque é relativo ao maior quantitativo em termos de oferta em instituições públicas, ao passo que contabiliza três, sendo duas federais e uma estadual – a mais antiga é registrada em instituição estadual. Além do atributo aludido, o estado paraibano computa a criação dos onze cursos privados a partir da virada do século, assim como o Rio

Grande do Norte, estado cujos cursos privados presenciais foram constituídos apenas a partir de 2001.

Se são notórias as assimetrias no que tange ao quantitativo de cursos de Serviço Social ofertados nos estados que compõem a Região Nordeste, em termos de formação profissional, os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs)²⁰ evidenciam incontáveis similaridades pelo nítido diálogo com as Diretrizes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) – as quais constituem elementar subsídio de resistência formativa, uma vez que apresenta a interface entre as dimensões formativas e seus pressupostos políticos, aspectos perdidos com a aprovação pelo Conselho Nacional de Educação, em 2002 –, ao apresentar a “organização curricular e de seus conteúdos (teórico-ético-políticos-culturais) de forma dinâmica, assegurando a formação profissional com consistência teórico-metodológica, coerência ético-política e competência técnico-operativa” (BARROSO; GOIN, 2020, p. 113).

Indispensável referir que esse movimento de constituição das Diretrizes da ABEPSS resulta de um amplo diálogo coletivo, realizado em meados dos anos 1990, período em que a proposta de Diretrizes Curriculares foi consolidada após intenso período de debates e avaliações do processo de formação profissional entre as instituições de ensino envolvidas. A proposta de Diretrizes Curriculares oferta uma base política comum para a elaboração do currículo do curso de graduação em Serviço Social ofertado pelas instituições de ensino superior e expressa o rigor teórico-metodológico e ético-político que inspira a formação profissional, com vistas à qualificação técnico-operativo, de modo a proporcionar a apreensão crítica da totalidade histórica; do significado social da profissão a partir das possibilidades de ação contidas na realidade; das demandas do Serviço Social no mercado de trabalho; e do trabalho profissional em observância às competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor. Tais fatores incidem na construção permanente de um perfil profissional dinâmico, capaz de lidar com as demandas cotidianas (ABEPSS, 1996).

Em relação a esse perfil de egresso/a, os PPCs analisados evidenciam a preocupação com uma formação que capacite para a inserção crítica no âmbito das relações sociais, de modo que as propostas profissionais privilegiem os interesses das classes subalternas. Assim, o trabalho deve estar ancorado em referencial teórico-metodológico e ético-político que permita elucidar as contradições e determinações interpostas no bojo da vida social, de modo a orientar

²⁰ Foram analisados os PPCs disponíveis nos sites das instituições de ensino superior e, em face do critério utilizado, foram localizados apenas seis (UEPB, UFAL, UFPE, UFMA, UFRN e UFPI) na data da pesquisa (10 de julho de 2021) – logo, UFS, UCSAL e UECE não constam na análise, porque seus Projetos Pedagógicos não foram localizados.

teórica e politicamente a operatividade profissional, que se trata da forma como a profissão aparece socialmente, como é conhecida e reconhecida, em face dos seus processos interventivos. Tal perspectiva vai de encontro ao irracionalismo e à razão instrumental, que reduzem o trabalho ao mero pragmatismo, involucrado de respostas pontuais, rotineiras, repetitivas e focalizadas, no âmbito de uma racionalidade empobrecedora, que valoriza o acaso, a empiria e o fortuito. Entende-se, dessa forma, que o perfil do/da egresso/a indicado no PPCs prevê que o corpo discente, com a integralização do curso, esteja teórica, política e tecnicamente habilitado a superar as requisições restritas e mecânicas às rotinas institucionais, que é plena de

[...] requisições de cumprimento de normas, regulamentos, orientações ou decisões de superiores, os quais impõem ao profissional a necessidade de respostas a elas. Neste contexto, a prioridade é responder aos fenômenos, não importa como, disto resultando um conjunto de respostas profissionais rápidas, ligeiras, irrefletidas, instrumentais, baseadas em analogias, experiências, senso comum, desespecializadas, formais, modelares, em obediência a leis e superiores, sem a qualificação necessária para distingui-las de respostas atribuídas por leigos (GUERRA, 2017, p. 56).

Assim, consta nos PPCs uma nítida defesa de um perfil de egresso/a que desenvolva (1) capacitação teórico-metodológica para a apreensão crítica do processo histórico, seu movimento dinâmico e contraditório; (2) formação generalista, com capacidade criativa, propositiva e investigativa, sobretudo, no que se refere à formação da sociedade brasileira, as particularidades do capitalismo no país e como são tecidas as relações sociais de produção e reprodução em que se assenta o Serviço Social brasileiro; (3) capacitação ético-política, para a apreensão da dimensão teleológica da profissão e dos valores e princípios dispostos no Código de Ética Profissional, e técnico-operativa, para dar respostas às demandas postas pelo mercado de trabalho, de modo que sejam capazes de potencializar as já existentes tendências de enfrentamento à questão social; (4) e a apreensão das relações entre público e privado na gestão do Estado e, conseqüentemente, das políticas sociais, que influem no entendimento das demandas que são postas ao Serviço Social (UFPE, 2009; UFPI, 2012; UFMA, 2016; UFRN, 2019; UFAL, 2019; UEPB, 2016).

Nessa simétrica esteira, a maioria dos cursos analisados tiveram seu PPC atualizado na última década, com destaque para a UFRN e a UFAL, cuja versão em vigor é de 2019, e UFMA e UEPB, que datam de 2016 e, sem exceção, todos os cursos cumprem a carga horária mínima – 3.000 horas, segundo o Ministério da Educação (MEC) – e o limite mínimo para a integralização do curso de oito semestres, de acordo com a Resolução MEC/CNE/CES 2/2007²¹, do Ministério responsável pelo credenciamento e reconhecimento dos cursos e das

²¹ Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de

instituições de ensino superior, conforme sistematizado na Tabela 4.

Tabela 4 – Configurações gerais dos cursos mais antigos nos estados da Região Nordeste

Instituição	PPC em vigência	Duração média do Curso	Carga Horária	
			Curso	Estágio Supervisionado
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	2016	8 semestres letivos	3.195	480
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	2019	8 semestres letivos	3.154	400
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	2009	8 semestres letivos	3.100	480
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	2016	8 semestres letivos	3.000	720
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	2019	8 semestres letivos	3.090	480
Universidade Federal do Piauí (UFPI)	2012	8 semestres letivos	3.225	620

Fonte: Sistematização própria a partir dos PPCs.

No que tange ao estágio supervisionado, de acordo com a Tabela 4, é perceptível que a carga horária relativa ao estágio curricular obrigatório e supervisionado é de no mínimo 15% da carga horária total do curso, conforme disposto na Política Nacional de Estágios (2010)²², da ABEPSS. A mesma Política, que representa o adensamento e a maturação em torno da temática após a aprovação da Lei de Estágios nº 11.788/08²³ e da Resolução CFESS nº 533/08²⁴, prevê a sua oferta em diferentes níveis (entre 2 e 4 semestres), distribuídos no decorrer dos últimos anos de integralização do curso, essencialmente após o cumprimento, com êxito, das disciplinas de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social e Ética Profissional, “pela necessidade de formação do senso crítico e conhecimentos específicos básicos da profissão” (ABEPSS, 2010, p. 29).

Tendo em vista a consolidação do perfil de egresso/a referido e das configurações gerais dos cursos, os princípios que orientam a organização curricular nos PPCs estão em consonância com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996, que pressupõem:

1. Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares – tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares –

graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

²² Vale lembrar que a homologação da Política Nacional de Estágios junto ao MEC ainda se trata de um desafio político à categoria profissional, que desde sua aprovação confere esforços para viabilizar sua incorporação nos instrumentos normativos do Ministério.

²³ Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

²⁴ Dispõe sobre a regulamentação da supervisão direta de estágio no Serviço Social.

como forma de favorecer a dinamicidade do currículo; 2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social; 3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; 4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares; 5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade; 6. Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos; 7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional; 8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão; 9. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais; 10. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular; e 11. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional (ABEPSS, 1996, p. 6-7).

No âmbito desses princípios formativos, as disciplinas são articuladas pelos Núcleos de Fundamentação – Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social; Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira; e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional – que consistem em um “conjunto de conhecimentos elementares à formação e ao trabalho profissional” (GOIN, 2019, p. 02). Na medida em que há a indissociabilidade desses núcleos de fundamentação, rompe-se com um entendimento fragmentado e enviesado da formação e, conseqüentemente, das particularidades do trabalho profissional. “Esta articulação favorece uma nova forma de realização das mediações – aqui entendida como a relação teoria-prática – que deve permear toda a formação profissional, articulando ensino-pesquisa-extensão” (ABEPSS, 1996, p. 09). Nessa ótica, os Núcleos de Fundamentação

[...] articulam um conjunto de conhecimentos elementares à formação e ao trabalho profissional. Não se tratam de eixos hierarquizados, classificatórios e autônomos, mas interdependentes e indissociáveis, que expressam níveis diferenciados e complementares de abstração para decifrar a profissão na dinâmica societária e ancoram os Fundamentos do Serviço Social. Aliás, é na articulação que a sua apreensão se torna possível (GOIN, 2019, p. 02).

É elementar considerar que o primeiro Núcleo refere-se ao conjunto de conhecimentos que permitem situar a conformação do ser social enquanto totalidade histórica e dialética; o segundo engloba elementos que permitem a análise crítica da formação social, econômica, cultural e política brasileira; e o terceiro, por sua vez, mobiliza o arcabouço para o trabalho profissional competente, de forma a perceber o Serviço Social enquanto uma profissão inscrita

na divisão social e técnica do trabalho, como especialização do trabalho coletivo, que articula dimensões operativas, intelectivas, teóricas, éticas e políticas. Considerando as disciplinas que se vinculam a cada Núcleo, tendencialmente o do Trabalho Profissional concentra a maior carga horária do curso – assim como pode ser visualizado na Tabela 5 –, uma vez que, conforme já indicado, as disciplinas de Estágio Supervisionado, sozinhas, computam no mínimo 15% da carga horária total do curso.

Tabela 5 – Carga horária concentrada em cada Núcleo de Fundamentação

Instituição	Núcleo de Fundamentos da Vida Social	Núcleo de Fundamentos da Realidade Brasileira	Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	630 horas	480 horas	1725 horas
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	648 horas	450 horas	954 horas
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	540 horas	240 horas	1440 horas
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	540 horas	570 horas	1485 horas
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	690 horas	420 horas	810 horas
Universidade Federal do Piauí (UFPI)	840 horas	450 horas	1335 horas

Fonte: Sistematização própria a partir dos PPCs.

O destaque da Tabela 5, além da significativa carga horária dos cursos da UEPB, da UFMA e da UFPI no Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, está no curso da Universidade Federal de Pernambuco e mais antigo da Região²⁵, em que o referido Núcleo tem 500% de carga horária se comparada a do Núcleo da Realidade Brasileira e aproximadamente 166% se comparado à do Núcleo da Vida Social. A organização curricular do curso indicado (UFPE) revela um elementar aparato teórico à formação, no intento de possibilitar a apreensão da sociedade de classes e do ser social, em sua totalidade histórica e ontológica. As disciplinas do núcleo da Formação da Sociedade Brasileira adensam o movimento histórico do primeiro núcleo e o particularizam no âmbito da sociedade brasileira, com destaque para disciplinas como “Questão Social Brasileira” e “Trabalho e Sociabilidade”, cujas ementas saturam os aportes teórico-metodológicos necessários para desvelar o objeto de intervenção profissional e a realidade brasileira. No conjunto do Núcleos desse curso, assim como nos demais cursos analisados, é perceptível que parte significativa das disciplinas encontra-se distribuída no Núcleo de Fundamentação do Trabalho Profissional, cujo adensamento é necessário para

²⁵ A grade curricular é composta por disciplinas obrigatórias e facultativas, além de seminários e oficinas de trabalho. Para a integralização de atividades eletivas no currículo, são exigidas 880 horas, destas 640 devem ser disciplinas eletivas que componham o perfil do curso, 120 de eletivas livres e outras 120 horas em atividades complementares (como atividades de extensão, pesquisa e monitorias) (UFPE, 2009).

sintonizar a profissão, seu significado social e suas requisições profissionais, no âmago da sociabilidade capitalista. A densidade de tal Núcleo é essencial para que a discussão teórico-metodológica seja desenvolvida de modo a apreender o Serviço Social como uma profissão detentora de relativa autonomia, tributária de atribuições que lhe são exclusivas e de aparato ideopolítico, basilar à operatividade da profissão. Quer-se dizer que os embasamentos teórico-metodológico e ético-político são fundantes para a dimensão técnico-operativa, que se trata do modo como a profissão se mostra e se coloca no mundo do trabalho.

Apesar da densidade do Núcleo do Trabalho Profissional, evidencia-se de forma diminuta, nos PPCs pesquisados, as disciplinas voltadas ao adensamento da dimensão técnico-operativa²⁶, apesar de todos os cursos, sem exceção, preverem as disciplinas de Estágio Supervisionado e Processos de Trabalho. Nesse sentido, há a centralidade na dimensão teórico-metodológica, no adensamento das matrizes e categorias explicativas do real, carecendo, por vezes, de mediações (seja em disciplinas, seja em seus conteúdos programáticos) que dialoguem com a relação orgânica entre teoria e prática – “o óbvio precisa ser dito” – e, consecutivamente, superem a tendência de proliferação da abordagem simplista das requisições profissionais – e que facilmente podem ocasionar a substituição profissional ou a perda de atividades que originalmente lhe eram exclusivas.

Não se quer dizer, com isso, que a dimensão teórico-metodológica não instrumentaliza para o trabalho profissional. Ao contrário. Próprio da concepção materialista histórica e dialética, teoria e prática são entendidas em sua relação unitária. Todavia, essa apreensão deve ser explorada, exemplificada e dissolvida entre as disciplinas – sem receio de reprodução de um tecnicismo estéril –, pois é elementar que o corpo discente estabeleça as conexões teórico-práticas, as adense e torne nítidas para evitar riscos de reproduções que na “teoria a prática é outra”, amplamente abordada por Santos (2010).

Nesse sentido, a formação profissional possibilita elucidar: (1) as requisições atribuídas ao Serviço Social no âmbito do complexo e contraditório mundo do trabalho e no que refere à

²⁶ Exemplos de disciplinas que adensam a dimensão técnico-operativa: UFAL – Oficina de Estágio em Serviço Social I e 2, Oficina Técnico-Operativa do Serviço Social I e II, Processo de Trabalho, Seminário Temático em Serviço Social, Administração e Planejamento em Serviço Social II e as atividades curriculares de extensão; UEPB – Serviço Social e Instrumentalidade, Serviço Social e Processos de Trabalho, Estágio, Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos VI, Introdução ao Exercício Profissional e Oficina de Elaboração de Projetos Sociais; UFPI – Oficina III, Processo de Trabalho do Serviço Social II, Planejamento e Gestão de Políticas Públicas e Serviços Sociais, Processo de Trabalho do Serviço Social III, Avaliação de Políticas Públicas e Projetos Sociais, Seminário de Prática I, Estágio e Seminário de Prática II; UFMA – Estágio, Planejamento Social, Serviço Social e Processos de Trabalho e Oficinas (Oficina de Processos e Instrumentos Pedagógicos do Serviço Social I e II); UFRN – Serviço Social e Processos de Trabalho, FHTM III, Estágio, Oficina de Instrumentalidade e Projeto Ético-Político do Serviço Social e Tópico em Serviço Social I e II; UFPE – Estágio, Planejamento Social, Seminário Temático I e II e Serviço Social e Processos de Trabalho.

divisão social, sexual e técnica do trabalho; (2) o que lhe é privativo, exclusivo e particular no conjunto das profissões que fazem interface com a área social; (3) o que qualifica os processos interventivos como sendo do Serviço Social; (4) e em que medida a utilização de instrumentos e técnicas, comuns aos processos de trabalho coletivos, se torna exclusiva no âmbito dos conhecimentos particulares a essa profissão. Nos termos de Santos (2010, p. 05),

[...] um referencial teórico não deriva, de imediato, instrumentos e técnicas para a intervenção, mas ele contribui e é condição necessária para a escolha dos instrumentos mais adequados à ação. Ainda, é ele quem empresta o conteúdo a ser comunicado por meio desses instrumentos e oferece subsídios à sua utilização ao desvelar as mediações necessárias à passagem da teoria à prática [...].

Essa consideração encontra-se fundamentada na própria concepção de teoria e prática defendida no materialismo histórico-dialético, segundo a qual teoria e prática mantêm uma relação de unidade, na diversidade formam uma relação intrínseca, sendo o âmbito da primeira o da “possibilidade” e o da segunda, o da “efetividade”. Transmutar da possibilidade à efetividade requer mediações objetivas e subjetivas que se relacionam. Os instrumentos e técnicas da intervenção pertencem ao âmbito da efetividade, os quais, a partir das mediações, potencializam as ações dos homens e, portanto, merecem atenção.

Ademais das características indicadas, evidencia-se, a partir da análise dos PPCs da Região Nordeste, que na maioria dos cursos a extensão ainda é uma atividade acadêmica complementar (ACC), com exceção da UFAL, que tem a extensão curricularizada, com carga horária de 300h, fazendo parte do 2º, 3º, 7º e 8º períodos do curso. A curricularização da extensão – que vem sendo objeto de discussões da ABEPSS em face da Resolução MEC/CNE/CES 07/2018²⁷ – ocorreu na UFAL em 2019 e possui quatro áreas de concentração: (1) Políticas Públicas; (2) Direitos Sociais; (3) Movimentos Sociais; e (4) Serviço Social.

Sobre as particularidades regionais, destaca-se o PPC da UFMA, uma vez que inúmeras disciplinas abordam a temática como transversal, ao considerar os processos sociais peculiares à Região Nordeste, a questão política e regional do estado, ressaltando os “mandonismos políticos [...] estagnação social, política, econômica e cultural” (UFMA, 2016, p. 07) – conforme evidenciado no item precedente. Nesta esteira, ressalta que o

[...] padrão sócio-histórico se consolidou e se reproduziu através da formação de grupos políticos de caráter mandonista, articulando formas modernas e conservadoras de perspectivas de desenvolvimento para o Estado ao mesmo tempo em que promovem uma extrema concentração de renda, riqueza, poder e propriedade, pautadas em relações patrimoniais, paternalistas e clientelistas que propiciam a subtração das possibilidades de um desenvolvimento mais equânime para o Estado (UFMA, 2006, p. 07).

²⁷ Estabelece as diretrizes para a extensão na Educação Superior brasileira e regulamenta as atividades de extensão como atividades curriculares discentes, considerando a indissociabilidade com a pesquisa e a extensão.

A UFAL, por sua vez, tem uma disciplina obrigatória intitulada “Formação Social, Econômica e Política de Alagoas” que se debruça na gênese da formação do estado de Alagoas, abordando temáticas como paternalismo, coronelismo, concentração de riqueza e poder no estado, a relação do estado com a Região Nordeste e seu processo de emancipação política. Além dessa, a disciplina eletiva “Saúde Mental e Serviço Social” aborda o Serviço Social e a política de saúde mental no Brasil e em Alagoas, de modo a discutir questões peculiares da política de saúde no estado alagoano, seus processos e acessos.

No PPC na UEPB, a disciplina obrigatória “Questão Regional” aborda aspectos como o conceito de região e suas particularidades no contexto do capitalismo e as políticas de desenvolvimento na Região Nordeste. Outra disciplina que chama a atenção é a de “Fundamentos Históricos e Teóricos Metodológicos do Serviço Social 1”, pois traça o debate da emergência do Serviço Social na Paraíba, indicando os fatores internos e externos da gênese, e a disciplina de “Antropologia”, que dá ênfase à realidade brasileira e suas particularidades regionais, a partir das representações sociais e expressões culturais dos diferentes segmentos sociais.

Na UFMA, observa-se no PPC a transversalidade de temas que abordam o estado do Maranhão. A maioria das disciplinas se correlaciona com a questão regional e tece críticas efetivas à condição política e econômica do estado. As disciplinas obrigatórias que dialogam com o contexto no Maranhão são “Relações Étnico-Raciais no Brasil e Serviço Social”, que discute o trabalho do/da Assistente Social no contexto de suas relações étnico-raciais no Brasil e no Maranhão; “Relações de Gênero e Serviço Social”, que aborda os movimentos feministas no estado e o trabalho profissional no contexto das relações de gênero no Brasil e no Maranhão; “Movimentos Sociais e Serviço Social”, que versa sobre os movimentos sociais no Brasil e no Maranhão e aborda a transversalidade com a questão de gênero, raça/etnia e a inter-relação com o Serviço Social; “Serviço Social e Questão Social II”, que traz aspectos para o debate da questão agrária e agrícola no Brasil, na Amazônia e no Maranhão, com destaque para os elementos conceituais e históricos da questão social no campo e as principais correntes teóricas de interpretação do capitalismo no campo; “Serviço Social e Questão Social III”, que versa sobre a questão social na cidade, enfatizando a questão urbana no Brasil, na Amazônia e no Maranhão, destacando a moradia, a segregação socioespacial, a violência, os processos migratórios e a questão do poder local, políticas públicas municipais, lutas e movimentos sociais; e “Antropologia”, que aborda, assim como o curso da UEPB, as particularidades regionais. Além das referidas, outras três disciplinas optativas também fazem menção ao estado ou à Região Nordeste: “Famílias, Infâncias, Adolescências e Políticas Públicas”, que aborda a

política de atendimento à criança e adolescente, a violação de direitos no Brasil e no Maranhão, além da discussão da construção dos mecanismos de garantia de direitos; “Questão Ambiental e Políticas Públicas”, que versa sobre as desigualdades sociais e questões ambientais no Brasil, na Amazônia e no Maranhão; e “Política de Educação e Serviço Social”, que traz o debate teórico-conceitual da educação e a análise da política educacional brasileira, considerando suas particularidades no Maranhão.

No curso da UFPI, algumas disciplinas também se debruçam teoricamente para o entendimento do estado do Piauí, como a obrigatória “Formação Sócio Histórica do Nordeste”, com ênfase no Piauí, que trata das questões agrárias e urbanas e o poder político no Nordeste, além dos processos globais e suas repercussões nas políticas regionais; “Oficina I”, que versa sobre as expressões e vivências da questão social no Piauí; “Iniciação Antropológica”, que assim como a UEPB e a UFMA, traz as particularidades regionais; e “Processo de Trabalho do Serviço Social II e III”, que aborda o debate do trabalho profissional na esfera governamental como o principal espaço sócio-ocupacional do Assistente Social no Brasil e no Piauí, e nas esferas privadas. Em relação às disciplinas optativas, é ofertada “Meio ambiente e desenvolvimento sustentável”, que aborda a questão ambiental no Piauí, seus atores, processos e as políticas existentes.

Em relação à UFRN, o PPC do curso tem como disciplina obrigatória a de “Formação Social, Econômica e Política do Brasil e do Nordeste”, que trata sobre os fundamentos históricos, socioculturais, políticos e econômicos do Brasil e do Nordeste, crises, retrocessos e perspectivas nacionais e regionais de desenvolvimento; e a disciplina de “Antropologia e o estudo da Cultura”, que trata da construção das identidades sociais, particularmente brasileira e regional.

Ainda sobre a abordagem das particularidades regionais, o PPC da UFPE tem como disciplina obrigatória “Questão Social no Brasil”, que aborda as configurações da Questão Social em Pernambuco, e a eletiva “Economia no Nordeste”, que traz as particularidades regionais no que se refere ao desenvolvimento econômico, população, emprego, comércio, agropecuária e indústrias.

É notável que em termos formativos a profissão dialoga com a realidade local e regional, considerando que a formação acadêmica no Serviço Social tende a incorporar “os dilemas regionais e nacionais como matéria da vida acadêmica, participando da construção de respostas aos mesmos no âmbito de suas atribuições” (IAMAMOTO, 2014, p. 625). Em se tratando da Região Nordeste, temáticas como pobreza, concentração de renda, política, economia e cultura são essenciais para a apreensão das características sócio-históricas nordestinas e, ademais, das

contradições a essa região inerente e como perpassam nas disciplinas e em seus respectivos Núcleos de Fundamentação, no bojo da formação profissional em Serviço Social.

Nos termos aludidos, a formação profissional em Serviço Social na Região Nordeste, a partir da análise dos PPCs dos cursos mais antigos dos estados, evidencia fulcral filiação ontocrítica com a qualificação das esferas teórico-metodológica, ético-política e técnica para o exercício do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. Trata-se de um posicionamento não apenas teórico, mas também político, que se reflete no compromisso com a classe trabalhadora e contra todas as formas de opressão e exploração no arcabouço da formação acadêmica e, sobretudo, do trabalho profissional – assim, o trabalho reivindica dimensão política para sobrepujar práticas mecanizadas e focalizadas (herdadas das práticas filantrópicas localizadas nas protoformas da profissão).

É no bojo dos elementos analisados – ainda que preliminares – que se enseja a necessidade de continuidade e adensamento dos estudos, base para o fomento do debate acerca da formação de graduação e pós-graduação, assim como dos espaços de organização e construção coletiva da categoria de assistentes sociais, essenciais para localizar as requisições e os desafios interpostos à profissão no âmbito das particularidades da Região Nordeste.

Considerações para continuar o debate

O Nordeste se constitui como um complexo envolto por diferentes contradições. Sua herança colonial e o ranço das oligarquias existentes na Região – questões brevemente apontadas e importantes de serem sumariadas – corroboram para a realidade nordestina hodierna, que conjuga a existência de elevadas taxas de concentração de renda, o alto número de pessoas desempregadas, as taxas mais baixas de acesso à educação básica e à renda mensal proveniente de trabalho. As marcas fincadas na formação social nordestina, que conjugam arcaico e moderno, pobreza e concentração de renda, economia e particularidades naturais, diversidade cultural e geografia inigualáveis, intensificam suas peculiaridades no cenário uno e diverso brasileiro.

É nesse solo em que se assenta o Serviço Social. A profissão na Região Nordeste – cujo registro de criação é dos anos 1940, no bojo de constituição da profissão no Brasil – se mostra quantitativa e qualitativamente elementar no cenário brasileiro, ao considerar que um terço da formação se encontra nos limites territoriais nordestinos e, ademais, seu compromisso com as questões locais-regionais, evidenciado nos Projetos Pedagógicos dos Cursos analisados, explicita a vinculação entre profissão e realidade e reverbera seu compromisso político com

os/as usuários dos serviços prestados.

Em sintonia com as particularidades locais e regionais, explicitadas no conjunto de disciplinas obrigatórias e eletivas apontadas, está o perfil profissional almejado com a formação profissional dos cursos de Serviço Social dos estados, sem exceção. A preocupação com as dimensões críticas e investigativas em torno da profissão e suas requisições, no bojo da sociedade capitalista e suas contradições e interfaces, demonstra o afinamento com os desafios contemporâneos interpostos ao Serviço Social e às múltiplas determinações que permeiam o trabalho profissional.

Nessa via, o tempo estimado de duração dos cursos, sua carga horária e suas diretrizes formativas constantes nos PPCs constituem esforços teórico, político e técnico de uma profissão que constantemente se vê colocada à prova, numa conjuntura cada vez mais adversa e que tende a pormenorizar e/ou subjugar profissões como o Serviço Social, tentando o tornar cada vez mais gerencialista, simplista, praticista e desnudo de seu viés ideopolítico.

Ancora-se, assim, a necessidade de ampliar os estudos e pesquisas sobre a profissão na Região, para não perder de vista a sua sintonia (1) com a diversidade de elementos que a compõem e (2) com suas requisições, no seu aparato mais particular.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). *Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social* (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/files/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf. Acesso em: mar. 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). *Política Nacional de Estágios*. Brasília, 2010.
- BARROSO, Hayeska Costa; GOIN, Marileia. O Serviço Social da Universidade de Brasília no compasso das Diretrizes Curriculares. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 20, n. 40, p. 112-127, jul./dez. 2020.
- BERNARDES, Denis de Mendonça. Notas sobre a formação social do Nordeste. *Revista Lua Nova*, São Paulo, N.71, p. 41-79, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n71/02.pdf>. Acesso em: abr. 2021.
- DIÁRIO ECONÔMICO ETENE. Banco do Nordeste. Escritório de Estudos Econômicos do Nordeste. *Produção Agrícola do Nordeste em 2019*. Disponível em: https://bnb.gov.br/documents/1342439/5193647/72_16_08_2019.pdf/10cbab09-fec1-bd71-e88b-1a4823f2a782. Acesso em abr. 2021.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Mercado de Trabalho: os 15 cargos em alta em 2021 no Nordeste*. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/economia/2021/02/mercado-de-trabalho-os-15-cargos-em-alta-em-2021-no-nordeste.html>. Acesso em: abr. 2021.
- E-MEC. Ministério da Educação. *Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC*. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova#avancada>.

- Acesso em: dez. 2019.
- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 2. ed. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- GOIN, Marileia. Tendências atuais no ensino dos Fundamentos do Serviço Social. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 18, n. 2, p. 1-12, jul./dez. 2019.
- GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos et al. (Orgs.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 120, p. 608-639, dez. 2014.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2019, p. 57-62. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: abr. 2021.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Dados de cidades e estados*. 2020a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Acesso em: abr. 2021.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Desemprego*. 2020b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: abr. 2021.
- PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. *Educação*. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: abr. 2021.
- SANTOS, Cláudia Mônica dos. *Na prática a Teoria é Outra? Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2010.
- UEPB. Universidade Estadual da Paraíba. *Projeto pedagógico de Curso (Serviço Social/Bacharelado)*. Campina Grande/PB: EDUEPB, 2016.
- UFAL. Universidade Federal de Alagoas. *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social*. Maceió/AL, 2019.
- UFMA. Universidade Federal do Maranhão. *Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFMA*. São Luís, 2016.
- UFPE. Universidade Federal de Pernambuco. *Projeto Pedagógico*. Recife, 2009.
- UFPI. Universidade Federal do Piauí. *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação, Bacharelado em Serviço Social*. Teresina/PI, 2012.
- UFRN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *Projeto Pedagógico do Curso Superior de Bacharelado em Serviço Social na modalidade presencial*. Natal/RN, 2019.